A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO FIO DA NAVALHA: SERÁ O FIM DAS LICENCIATURAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS?

Fabiana Moura de Lima[1],
Vanderley Balbino da Costa[2],

[1]Universidade Federal de Jataí/ fabiana.lima@discente.ufj.edu.br
[2]Universidade Federal de Jataí/ vanderleibalbino@ufj.edu.br

Resumo: Este relatório de iniciação científica analisa a oferta e a distribuição dos cursos de graduação em Universidades Federais brasileiras, objetivando mapear a oferta das licenciaturas como resposta à indagação: "A formação de professores no fio da navalha: será o fim das licenciaturas nas universidades federais?". A investigação baseou-se no levantamento dos dados nos sites oficiais de 69 universidades federais e no confronto com indicadores recentes do Censo da Educação Superior (INEP). Os dados revelam expressiva abrangência regional na oferta (com licenciaturas representando de 20% a 50% dos cursos), contudo, constata-se um descompasso estrutural frente à taxa de ocupação efetiva e à procura real dos estudantes, sinalizando o risco de uma grave crise de reposição docente a curto e médio prazos, sobretudo na Educação Básica.

Palavras-chave: Graduação. Licenciatura. Matrículas.

Introdução

Este relatório de iniciação científica contempla o estudo dos cursos de graduação oferecidos pelas Universidades Federais distribuídas pelo país, tendo como ênfase a quantificação dos cursos de licenciatura ofertados à população como forma de responder ao projeto intitulado: A formação de professores no fio da navalha: Será o fim das licenciaturas nas universidades federais? A questão está em descobrir o porquê da baixa procura dos estudantes por cursos de licenciatura se é a falta de oferta, ou se o desinteresse está na carreira profissionalizante.

Para obter esses dados, realizou-se uma minuciosa pesquisa nos sites oficiais das universidades, fornecidos pelo MEC, foram mapeados, quantidade de campi, para sabermos da abrangência da universidade nas cidades em torno da sede e quantos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnólogo, são fornecidos pelos mesmos para criarmos uma tabela e fazermos as comparações necessárias. A baixa procura dos estudantes nos cursos formadores de professores, nos acende o alerta sobre uma possível crise futura, principalmente na Educação Infantil.

Paralelamente, realizou-se uma pesquisa inicial, para conhecer a origem das universidades no Brasil afim de compreendermos o processo da educação do ensino superior, o momento em que iniciaram os cursos de licenciatura e a eventual influência na realidade atual.

Na sequência, analisaram-se as tabelas fornecidas pelo INEP, sobre a trajetória dos cursos de graduação no Brasil do ano de 2024, que nos desvendaram dúvidas como a quantidade de ingressantes e concluintes dos cursos oferecidos e a taxa de desistência dos mesmos.

Em relação as tabelas de 2025 e 2026, encontrou-se apenas as informações das vagas destinadas a licenciatura, no site do Sisu. A partir de números de telefone fornecidos no site, tentou-se o contato, não foi possível, pois estavam desatualizados. Somente o telefone da Ouvidoria que funcionou. E através do acompanhamento de uma atendente, fizemos uma solicitação por um site "Fala Br", mas, o período de entrega de informações é de 30 dias, inviabilizando o acréscimo de informações, já que essa solução não aconteceu em tempo hábil.

Metodologia

A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), estruturada em duas etapas principais: a Revisão Bibliográfica e Historiográfica e a Coleta de Dados Mapeados e Estatísticos.

Na Revisão Bibliográfica e Historiográfica, analisou-se origem da Universidade no Brasil para compreendermos como se deu o processo de escolarização, da origem dos cursos de graduação. Autores como Antônio Carlos Martins (2002), defendem que o ensino superior teve início formal com a chegada da família real portuguesa, em 1808. no artigo intitulado como: "Ensino Superior No Brasil: Da Descoberta Aos Dias Atuais". Tendo como primeira instituição a Escola de Medicina e de Anatomia, hoje Universidade Federal da Bahia. O Ensino Superior se desenvolveu lentamente até a Proclamação da República, contudo, foi a partir do século XIX, com a criação de escolas particulares, com acordos da elite local e o clero, o governo perdeu seu domínio do ensino superior.

Outros pesquisadores, como Barreto e Silveira, como Barreto e Filgueiras (2007), ressaltam que, existiam Escolas de Ensino Superior, que ofertavam ensino profissional, científico ou técnico e academias militares, de acordo com o artigo de Arnaldo Lyrio Barreto e Carlos A. L. Filgueiras (publicado na *Química Nova*, 2007), a criação de universidades, só se efetivou a partir do século XX e sua disseminação pelo país se deu de forma lenta, com o conceito que engloba ensino, pesquisa e extensão, dando a liberdade para criar cursos e trabalhos científicos que promovam o desenvolvimento da sociedade. O primeiro curso de Filosofia foi criado em 1572, pelos jesuítas, no Colégio da Bahia, e Inácio Tolosa, professor de Teologia, foi considerado, pelo historiador Pedro Calmon, como o primeiro professor universitário do Brasil. Padre Antônio de Oliveira, pediu a corte de Lisboa que tornasse o

Colégio de Salvador em Universidade, o que foi rejeitado, mesmo assim, em 1726, ele trouxe uma faculdade de Matemática, na sequência, imitada pelo Rio de Janeiro em 1757. Não havia faculdade de Direito, os brasileiros iam estudar em Portugal. No século XIX, com a independência do Brasil, outros países se aproximaram e foram criados novos cursos superiores no país. Os Jesuítas foram expulsos do país, pelo Marquês de Pombal, causando um declínio na Educação superior do país e impondo o poder do estado sobre a educação. O ensino de Engenharia foi criado a partir do século XVIII, mas só teve consolidação no século XIX. Já o curso de Medicina teve origem em 1808-1809, com a vinda da família real para o Brasil. A primeira universidade criada pelo governo foi a do Rio de Janeiro, em 1920, unindo as três faculdades: Medicina, Politécnica e Direito, dando origem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na Coleta de Dados Mapeados e Estatísticos analisou-se a quantidade de cursos ofertados nas 69 Universidades Federais do país, e nos seus *campi*, e a partir de canais institucionais oficiais vinculados ao MEC, registrando-se a distribuição geográfica (sede e *campi*) e o tipo de grau acadêmico (bacharelados, licenciaturas e tecnólogos). Objetivou-se os números de licenciatura, para entendermos quais detêm o interesse dos estudantes.

Por fim, a partir dos dados oficiais consolidados no Censo da Educação Superior do INEP, analisamos os números globais de matrículas, distribuição por regiões do país e a comparação entre as modalidades presencial e a distância (EaD) para avaliar a atratividade das licenciaturas no âmbito público e privado.

Resultados e discussões

De acordo com os dados do Ministério da Educação (Brasil, 2026), a distribuição das universidades federais pelo território nacional com a distribuição por regiões, sendo que a região Nordeste tem a maior quantidade de cursos, de modo geral, pois possui a maior quantidade de universidades federais, com isso, possui também o maior número de licenciaturas. Nas outras instituições, percebemos que os cursos de licenciatura representam de 20% a 50% do total de vagas ofertadas. Sendo que, os cursos tecnólogos são os que representam a menor parte de vagas, na maioria das universidades não há oferta.

Em busca dos valores de matriculados nos anos de 2024 a 2026, consultou-se o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, na aba do Censo da Educação Superior, em resultados. Nesse ambiente virtual, conseguimos somente os dados até o ano de 2024, pois não foram lançados os anos de 2025 e 2026 no site O *Censo da*

Educação Superior é divulgado com defasagem técnica anual devido ao tempo de coleta e auditagem. As tentativas de obtenção de dados complementares de 2025 e 2026 via *e-mail* e Ouvidoria (Fala.BR) exigiram prazos regimentais incompatíveis com o cronograma final do estudo.

O Brasil alcançou em 2024, a marca de 10.226.873 matrículas efetivadas na graduação. O dado faz parte do Censo da Educação Superior divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Inep. Sendo que a região Sudeste é a que liderou com 44% de inscritos. Sobre os cursos de licenciatura. Os mais procurados na rede pública são os de Pedagogia, com 85.042 inscritos. Biologia com 42.372. Letras com 37.200 e matemática com 36.620 inscritos. De forma geral, Direito ocupa a 1ª posição com maior número de inscrições nos cursos presenciais no país com 87.314 inscritos.

Na modalidade à distância da rede pública no país, destacaram-se as mátriculas em Pedagogia, com 45.098 inscritos, Letras - Português com 15.572 e matemática com 12.172 matriculados, segundo dados da Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP, 2026), entidade sindical que representa as faculdades, centros universitários e universidades privadas do Brasil. Nesse ano, as matrículas em cursos EAD no Brasil, 50,7% de alunos inscritos, superaram o número de inscritos em cursos presenciais, que teve queda de 0,5%, houve mais matrículas de pessoas com 25 anos ou mais nessa modalidade a distância e menos jovens de 18 a 24 que é o público-alvo prioritário desse nível de educação. Houve um aumento de 11,2% nas inscrições do Enem, de 2024 a 2025, onde 5.540.560 foram inscritos, no último ano citado. E a partir de 2024, o Ministério da Educação determinou apenas um SISU por ano.

Em 2025, 1.309.430 candidatos se inscreveram no SISU com o intuito de ocupar uma vaga no Ensino Superior, das quais 261 mil, são vagas em instituições públicas, e 61 mil em licenciaturas em institutos e universidades federais. As universidades que receberam maior número de inscritos foram a Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.

De acordo com o relatório fornecida pelo Inep sobre as vagas ofertadas, pelo SISU, no ano de 2026, num total de 274,8 mil vagas para cursos acadêmicos de bacharelado, tecnólogo e licenciatura, 4.968 são destinadas aos cursos de licenciatura, sendo que os de maior oferta são os de Pedagogia e História. O curso de Educação Especial teve 1200 vagas em todo o território nacional, seguido por História, 495, e matemática, 430.

Os dados levantados confirmam que as Universidades Federais cumprem um papel

social e geográfico estratégico, garantindo a presença de cursos de licenciatura espalhados por diversos *campi* do interior do país. Não há, portanto, uma escassez na oferta de vagas por parte das instituições federais.

Entretanto, ao relacionar a oferta com os dados de matrículas do INEP, conclui-se que o risco do "fim" ou do esvaziamento das licenciaturas presenciais públicas está associado a fatores socioeconômicos da carreira docente. A baixa procura e a evasão de alunos geram ociosidade nas vagas públicas presenciais, enquanto o mercado privado absorve a demanda por meio do ensino a distância. Para reverter esse quadro "no fio da navalha", faz-se urgente a implementação de políticas públicas integradas que unam a formação acadêmica pública de qualidade à valorização real da carreira dos professores na Educação Básica.

Considerações finais

O presente relatório de iniciação científica buscou responder à questão problematizadora central: A formação de professores no fio da navalha: Será o fim das licenciaturas nas universidades federais?

A partir do diagnóstico realizado junto às 69 Universidades Federais e dos dados oficiais do Censo da Educação Superior (INEP), constatou-se que a crise enfrentada pela formação docente no Brasil não decorre do encerramento de cursos ou da falta de oferta de vagas na rede pública federal. As Universidades Federais mantêm uma estrutura sólida e descentralizada, garantindo que as licenciaturas representem uma parcela expressiva (entre 20% e 50%) da totalidade de seus cursos de graduação.

Contudo, os resultados revelam que o impasse está na ponta da demanda e da retenção dos estudantes. A baixa procura nos processos seletivos, aliada aos índices de evasão e ao crescimento acelerado da modalidade a distância na rede privada, aponta para uma crise de atratividade da profissão docente. Fatores como a desvalorização salarial, as condições de trabalho precárias na Educação Básica e a falta de perspectivas de carreira desestimulam os jovens a ingressarem e concluírem a formação presencial nas universidades públicas.

Conclui-se, portanto, que as licenciaturas nas universidades federais não estão destinadas ao fim por escassez institucional, mas encontram-se "no fio da navalha" devido ao descompasso entre a oferta universitária e as políticas de valorização do trabalho docente. Superar esse cenário exige um esforço conjunto entre Estado e sociedade para instituir políticas públicas continuadas de incentivo à docência, garantindo bolsas de permanência, reestruturação das carreiras na Educação Básica e articulação efetiva entre a universidade e a escola pública.

Termos de uso de Inteligência Artificial Generativa

Neste trabalho foram utilizadas as seguintes ferramentas de Inteligência Artificial Generativa Gemini como apoio, especialmente para fins de organização de ideias e revisão textual.

Referências

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050. Disponível em: https://www.scielo.br/j/qn/a/rzxmW6ggvDDvXJYLBFkg38m/. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidades Federais**. Brasília, DF: MEC, [2026]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/universidades-federais. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Painel do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, [2026]. Painel interativo (Power BI). Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54. Acesso em: 12 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCAIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2024**: notas estatísticas e resultados. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 26 ago. 2026.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 4-6, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/acb/a/8VjGyn7w7ZHzKk3qMgv4bMg/?format=pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 15. ed. São Paulo: Semesp, 2025. Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa/. Acesso em: 26 ago. 2026.